



ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS CONCEITOS DE ESPAÇO/TERRITÓRIO E/NAS PESQUISAS GEOAMBIENTAIS

Adineide Oliveira dos Anjos
Universidade Federal de Sergipe

Márcia Eliane Silva Carvalho
Universidade Federal de Sergipe

Resumo

O presente artigo pretende promover a reflexão e debate conceitual, referente ao emprego dos conceitos Espaço/Território nas pesquisas geoambientais. Deste modo, defende-se que os conceitos Espaço e Território são de extrema relevância na epistemologia das pesquisas de cunho geoambiental, porque fundamentam adequadamente o conhecimento teórico conceitual e empírico dos processos ambientais e de uso e ocupação dos espaços. Tal perspectiva possibilita o entendimento dos elementos constituintes das paisagens de forma sistêmica e holística. Com esse propósito, busca-se abordar bases teóricas conceituais de diferentes autores de modo a fomentar relevantes ponderações à comunidade científica, pesquisadores e estudantes, bem como contribuir com a produção do conhecimento geográfico.

Palavras-chave: Espaço. Território. Pesquisas Geoambientais.

SOME REFLECTIONS ON THE CONCEPTS OF SPACE/TERRITORY AND/IN GEO-ENVIRONMENTAL RESEARCH

Abstract

This article intends to promote reflection and conceptual debate, regarding the use of Space/Territory concepts in geoenvironmental research. Thus, it is argued that the concepts of Space and Territory are extremely relevant in the epistemology of geoenvironmental research, because they adequately base the conceptual and empirical theoretical knowledge of environmental processes and the use and occupation of spaces. Such perspective allows the understanding of the constituent elements of the landscapes in a systemic and holistic way. With this purpose, we seek to approach conceptual theoretical bases of different authors in order to encourage relevant considerations to the scientific

community, researchers and students, as well as to contribute to the production of geographical knowledge.

Keywords: Space.Territory.Geoenvironmental Surveys.

INTRODUÇÃO

Na defesa pelo rompimento da visão dicotômica, de que a Geografia estuda os elementos constituintes do espaço geográfico isoladamente, defendemos a importância da realização de análises que favoreçam a compreensão da totalidade de determinado recorte espacial.

Nesse sentido, os estudos geoambientais se configuram como importante fonte de informações dos meios biofísicos, socioeconômicos e de alterações antrópicas *in loco*, de modo a contribuir significativamente para a produção do conhecimento geográfico, bem como, fornecer dados e informações científicas que possam subsidiar o ordenamento e planejamento territorial e de gestão dos recursos naturais por órgãos públicos e/ou instituições privadas.

Deste modo, ao buscar desvelar os condicionantes geoambientais de uma paisagem, deve-se levar em conta a dinâmica espacial, visto quão inadequado torna-se qualquer dissociação, afinal, o espaço compreende um conjunto indissociável de objetos geográficos, naturais e sociais (SANTOS, 1988), bem como sistema de ações que Santos (2004) denominou de 'configuração territorial', esta sendo o resultado das intervenções antrópicas sobre elementos naturais para satisfação das necessidades socioeconômicas das sociedades.

No entanto, como na atual conjuntura a atuação antropogênica sobre a superfície da terra tem crescido e se expandido de forma cada vez mais intensa, muitas vezes determinando uma relação sociedade-natureza um tanto complexa, torna-se imprescindível e apropriado a discussão e emprego epistemológico dos conceitos de espaço/território nas pesquisas ambientais, com vista ao entendimento da apropriação dos espaços pelas ações humanas, muitas vezes desiguais no que se refere ao acesso e uso dos recursos naturais.

Nesse sentido, defende-se que os conceitos Espaço e Território são de extrema relevância na epistemologia das pesquisas de cunho geoambientais, porque fundamentam adequadamente o conhecimento teórico conceitual e empírico dos processos ambientais e de uso e ocupação dos espaços por atividades antrópicas. Tal perspectiva possibilita o entendimento dos elementos constituintes das paisagens de forma sistêmica e holística.

Assim, pretende-se promover a reflexão e debate conceitual, referente aos conceitos Espaço/Território, a partir de autores como: (SANTOS, 1988; 1998; 2002; 2004; 2006; 2012; 2014), (RAFFESTIN, 1993), (RATZEL, 1974), (HAESBERT, 2009), (SOUZA, 2005), (SANTOS; SILVEIRA, 2006), (ROSS, 2006; 2011), (CORRÊA,

1998), (SAQUET, 2006), (ALBAGLI, 2004), (MOREIRA, 2013), (ALVES, 2010), (SUERTEGARAY, 2002; 2010), (AB'SÁBER, 1994), (SILVA, 1998), (CAMARGO, 2005), (CARVALHO, 2010), entre outros, visto que, cada um segue uma linha conceitual definida a partir do seu ponto de vista teórico-metodológico. Com esse propósito, busca-se abordar bases teóricas conceituais de modo a fomentar relevantes ponderações à comunidade científica, pesquisadores e estudantes, bem como contribuir com a produção do conhecimento geográfico.

CONCEPÇÕES DE ESPAÇO E TERRITÓRIO PARA ANÁLISE AMBIENTAL

O binômio espaço e território é bastante empregado em contextos variados na tentativa de delinear o entendimento do espaço geográfico ao qual ocupamos. Logo, os estudos ambientais trazem contribuições para o entendimento dos termos espaço e território, visto que são discutidos por uma diversidade de acepções decorrentes de contribuições e reflexões de autores que têm colaborado na evolução do pensamento geográfico e, conseqüentemente, para a ciência geográfica.

De antemão, precisa-se frisar que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993). Para Suertegaray (2002, p.118), “espaço geográfico é o conceito balizador da geografia”. Em concordância, Moreira (2013, p. 63) apresenta que “o espaço é o objeto da geografia”. Porém, já evidenciava Santos (2002) que é árdua a tarefa de defini-lo. Desse modo, “o espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço social, que contém ou é contido por todos esses múltiplos de espaço” (SANTOS, 2002, p. 151), físico, natural, geográfico, social (SANTOS, 1988).

Para Santos (2002, p. 172), “o espaço é a matéria trabalhada por excelência”, sendo necessária, então, “[...] uma condição concreta de sua produção social” (MOREIRA, 2013, p. 65), quando, por meio da técnica e do trabalho, o homem se apropria dos recursos naturais para suprir suas necessidades sociais e/ou econômicas e vai produzindo o espaço geográfico, “isso porque a natureza é uma condição concreta da existência social dos homens” (MOREIRA, 2013, p. 65). No entanto, “[...] o espaço natural vai se revelando desorganizado quando explorado para satisfazer as necessidades humanas” (ALVES, 2010, p. 33).

Ao longo da história, os seres humanos buscaram se relacionar de forma a conquistar espaços e ali superar as adversidades cotidianas e ir sobrevivendo. Na atual conjuntura, vivemos e nos relacionamos cotidianamente com pessoas, construindo ou desconstruindo relações sociais, mediadas por uma sociedade capitalista. Partes de nossas relações são norteadas visando à produção de bens e mercadorias, buscando a acumulação destes e de capital.

Dentro dessa corrida desenfreada pela acumulação de riquezas e obtenção de lucros, as relações sociais, muitas vezes, fragmentam o espaço, podendo promover desigualdades e variadas formas de exclusão. Dessa forma, as relações

sociais são construidoras de espaços “dicotomizados”, “singulares”, “fragmentados” e também “conflitivos” (SANTOS, 2006). Na verdade, as relações sociais são co-participes desse processo. São construidoras, mas também são construídas. Isso porque são resultantes de ações intencionalizadas, construídas a partir de formas de poder que conservam imagens visíveis ou invisíveis no espaço, sustentadas pela receptividade (compreensão construída a partir de uma relação social).

Além disso, todo espaço, ao ser constituído, é oriundo de múltiplas relações, sejam elas exógenas e/ou endógenas, responsáveis pela composição dos sistemas/geossistemas que tendem a se desenvolver mediante relações de dependência, superioridade, inferioridade, dominação. Sendo “o espaço geográfico um espaço produzido” (MOREIRA, 2013, p. 64), para entendê-lo se faz necessária uma análise integrada das categorias forma, estrutura e função, a fim de chegar ao entendimento holístico na sua totalidade (SANTOS, 2012). Ross (2006, p. 50):

[...] deixa claro que as questões relacionadas com a Geografia, trabalhadas nos diferentes pontos da superfície da Terra, não podem ser tratadas somente pela ótica da natureza ou das sociedades humanas que habitam tais lugares. É preciso tratar e apreender esses diversos lugares, diante de suas diversidades naturais e sociais, no contexto de sua totalidade, ou seja, no âmbito do “espaço total”.

A evolução da ocupação humana sobre os espaços tem se expandido cada vez mais, muitas vezes sem o devido (re)conhecimento da capacidade de suporte do meio biofísico, bem como sobre questões ambientais e organização espacial, o que desencadeia em problemas socioambientais decorrentes, em sua maioria, da maneira desordenada com que os espaços são ocupados. Para essas questões, pode-se apontar a ausência de ordenamento e gestão do território a partir de uma proposta de análise geoambiental, que busque “[...] discutir o binômio Espaço/Território de forma integrada para expressar o processo histórico que configurou esse espaço e identificar através dos seus usos múltiplos, a subjetividade da complexa malha das relações sociais” (ALVES, 2010, p. 35), chegando à compreensão do “espaço total” de cada recorte espacial.

Quando Suertegaray (2010, p. 18) afirma que “a superação da Geografia Física nos aproxima do entendimento necessário sobre o espaço geográfico”, ela está enfatizando a necessidade do seu estudo como ‘Uno Múltiplo’, partindo para “[...] o entendimento de que este é constituído por um conjunto de elementos em interação e movimento, e que se pode decifrá-los por meio de conceitos geográficos como lugar, paisagem, região, território, rede e ambiente”.

Dessa maneira, a autora ressalta que, para maior entendimento das partes e do todo, é preciso o conhecimento dos constituintes (físicos, naturais, econômicos, sociais, etc.) e da relação destes na dinâmica ambiental/espacial, ou seja, “isto significa dizer que, quando pensamos o espaço geográfico, compreendemo-lo como a conjunção de diferentes categorias, quais sejam: natureza, sociedade, espaço-tempo” (SUERTEGARAY, 2002, p. 111). Somente tendo a noção da (inter)dependência entre componentes naturais, é que poderemos identificar inserção humana na natureza (ROSS, 2011).

Santos (2004) apresenta duas possibilidades para buscar compreender de que forma os seres humanos se fixam nos espaços e daí dissipa suas relações, o que ele chama de “fluxos” decorrentes de ações sociais, políticas e de poder. Para ele, podemos entender o espaço geográfico por meio da configuração territorial e das relações sociais:

[...] A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. Esta é uma outra forma de apreender o objeto da geografia. (SANTOS, 2004, p. 62)

A configuração geográfica/territorial é (re)produzida por meio de diferentes formas e intencionalidades que fragmentam e/ou compartimentam o espaço geográfico. Nesse sentido, “[...] é o território mais o conjunto de objetos artificiais que o definem” (SANTOS, 2014, p. 83). Santos (2006, p. 80) corrobora com essa discussão quando decorre que, “ao longo da história humana, olhando o planeta como um todo ou observando através dos continentes e países, o espaço geográfico sempre foi objeto de uma compartimentação”. Esta é decorrente das relações de segregação, delimitações, apossamentos dos espaços pelas sociedades humanas, que ainda os selecionam seguindo uma hierarquização de poder, na qual para “[...] atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros” (SANTOS, 2006, p. 79).

Nesse caso, a definição do espaço e sua fragmentação seguem uma lógica capitalista, mediadas por relações hegemônicas, atuando como forças externas ao espaço, ou seja, “[...] a fragmentação revela um cotidiano em que há parâmetros exógenos, sem referência ao meio.” (SANTOS, 2006, p. 81). Tais fenômenos tornam o território “[...] revelador de diferenças, às vezes agudas, de condições de vida da população” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 225).

Quando as relações sociedade/natureza são mediadas por formas de poder/dominação, ao tornarem-se materializadas, necessitam de delimitação para serem identificadas e caracterizadas, passando a serem compreendidas mediante a intencionalidade que as criou. Esse espaço geográfico aqui apontado é o “Território”, que é, para Haesbaert (2009), um conceito quase nunca usado no século XVII, que passa a ter importância somente a partir da expansão da burguesia no século XVIII. Ou seja, tal conceito começa a existir quando uma classe social mais privilegiada passa a ter domínio sobre outra, desprovida das mesmas condições.

Essas discussões foram embasadas e acendidas, principalmente, após as conjecturas de Friedrich Ratzel, primeiro grande autor da Geografia Política, no final do século XIX. Foi ele quem nos apresentou o território fixado no referencial político do Estado. Desse modo, o território seria a expressividade legal do Estado, da junção do solo (designado como *boden*) e do povo, no qual se constituiria a sociedade (SOUZA, 2005).

Assim, duas características seriam fundamentais para a gênese do território: o solo [*boden*] seria a base, o espaço físico que permitiria a concretização do território e o outro fator seria o Estado determinado – fixo no tempo e no espaço, sob o uso da força conquistada via poder. Dessa maneira, o território seria um ‘espaço de intransigência’ e nele os homens poderiam atuar segundo seus interesses. O solo (ou *boden*) seria o palco de atuação desses sujeitos. O Estado estaria estruturado a partir da superfície da terra (o *bond*) e quem o ocupasse deveria obedecer às regras impostas, perpetuadas pelas hegemonias dominantes (RATZEL, 1974).

Percebemos que Ratzel (1974) evidencia um tipo de territorialidade do Estado materializada no solo, por meio do controle institucional normativo que a este é competido. Porém, também enfatiza que vários tipos de organizações, redes e relações se territorializam sem que haja superposição entre espaços concretos e territórios, ou seja, são temporais. Sendo que,

[...] formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo. (SOUZA, 2005, p. 87)

Para essa dinâmica, denomina-se de territorialidades flexíveis, as quais não alteram o substrato material, o espaço concreto, mas se modificam, complexificam-se no espaço temporal (SANTOS, 1998). Essas territorialidades

surtem em diversos momentos e escalas. A importância ou a força desses territórios está contida na delimitação do seu objetivo principal e por suas relações periódicas temporais.

Vale salientar que o termo território vem do latim *terra e torium*, que, por sua vez, refere-se a um pedaço de terra apropriado, ou “significando terra pertencente a alguém”, que “[...], entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação” (CORRÊA, 1998, p. 251). Para Corrêa (1998), o termo “apropriação” está vinculado a dois significados: um associa a algo controlado de forma legítima por grupos ou instituições, e o outro tomando uma dimensão afetiva espacializada a partir de grupos distintos segundo renda, raça, religião, idade entre outros atributos.

Segundo Albagli (2004), na língua francesa, o termo *territorium* deu origem às palavras *terroir* e *territoire*. O primeiro refere-se ao terreno ou solo, incluindo os atributos e/ou constituintes que agregam valor aos produtos de uma dada área, região ou localidade. “O segundo representa o “prolongamento do corpo do príncipe”, aquilo sobre o qual o príncipe reina, incluindo a terra e seus habitantes” (ALBAGLI, 2004, p. 26), ambos fazendo referência a abrangência do território.

De acordo com as contribuições de Sposito (2004, p. 111-112), o conceito de território é sempre confundido com espaço, região, Estado por aqueles estudiosos sem muita leitura, porém enfatiza que, ao se pensar “território”, é preciso levar em conta a categoria tempo como necessária. Isso porque ele é criado por meio de relações sociais norteadas por uma determinada forma de dominação. Assim sendo, o território existe a partir de uma base física/geográfica delimitada pelo Estado, que exerce sua soberania, juridicamente, por meio de leis, decretos, etc., evidenciando, no entanto, a importância exacerbada da produção e ocupação dos espaços pelos diferentes grupos humanos, visto que a gênese desses territórios é decorrente das relações territorializadas e, muitas vezes, controlada por instituições hegemônicas. Saquet (2010), ao fazer referência a Raffestin (1993), corrobora com essa discussão quando diz:

As relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território [...]. E são essas relações que cristalizam o território e as territorialidades: “O território (...) é a cena do poder e o lugar de todas as relações (...)”. O território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo, dessa forma, um novo significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social. (SAQUET, 2010, p. 34)

O próprio Raffestin contribui com nosso pensamento sobre esse viés de apropriação do espaço para a concretização do território quando assevera: “O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para

si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Compreende-se, então, que o ser humano vai se apoderando dos espaços, seja ao produzi-los, seja ao demarcá-los por limites materiais (cercas, muros, fronteiras, etc.) ou imateriais (língua, religião, crenças, conhecimento, etc.), mas controlados por diferentes formas de poder/dominação. Entretanto, vale ressaltar que:

Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

Dessa maneira, o território é produto tanto de acordos como de divergências dentro da sua delimitação, além de ser um fragmento do espaço multidimensional. Ele também pode ser temporário, descontínuo (tendo sua espacialização interrompida por intervalos, retomada novamente noutro momento). Conforme afirma Souza: “[...], territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica” (SOUZA, 2005, p. 81). Essas temporalidades e (re/des)construção de territorialidades estão imbricadas nas dinâmicas ambientais e precisam ser elucidadas nas análises geoambientais das paisagens.

É sabido que o território não se reduz apenas à dimensão material ou concreta, ele pode ser, também, “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” (RAFFESTIN, 1993). Os territórios podem ser países, estados, municípios, propriedades, vilas, pensamentos, conhecimento, podendo ser concretos, materiais e imateriais. Além disso, são resultantes de modos de dominação, desapropriação e resistências. O território decorre de diferentes perspectivas, visto que sua dimensão não se resume à materialidade ou à concreticidade, sendo (re)construído historicamente por diferentes contextos, indo da escala local à global (vice-versa). Cabe ressaltar, também, que “[...] cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço” (ALBAGLI, 2004, p. 26).

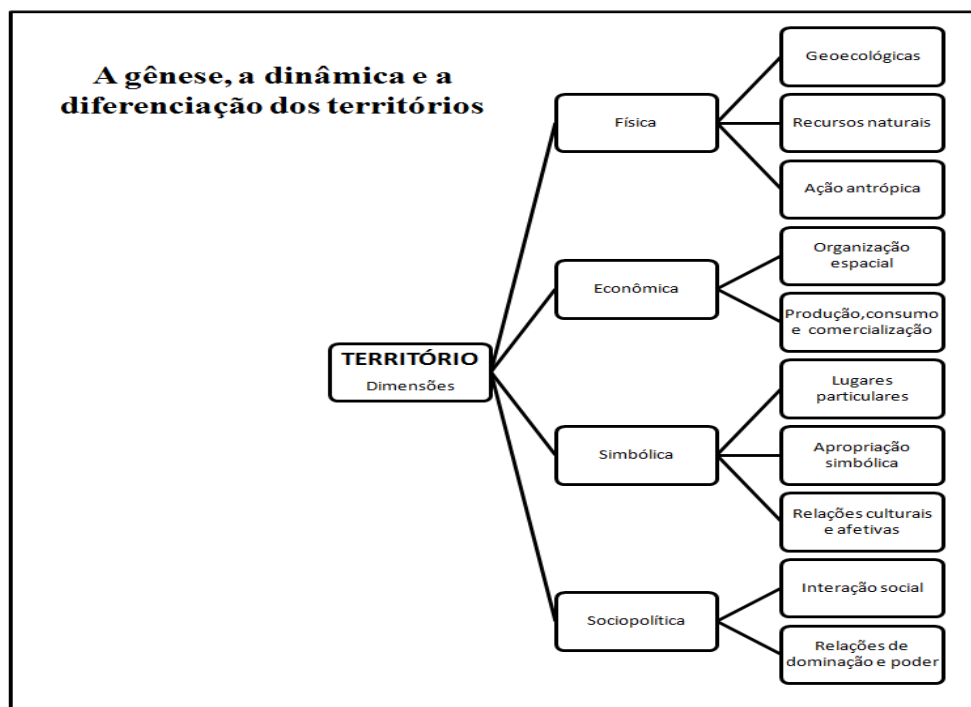
Dessa forma, as relações de poder são indispensáveis para a efetivação dos territórios, além da apropriação dos espaços para sua concretização, bem como sua face imaterial, que está imbricada nas relações físicas, sistêmicas, ambientais, biológicas, sociais dos constituintes dos espaços/territórios. Logo, a abordagem do conceito de território, no desenrolar das pesquisas de cunho geoambiental, é

de suma importância, visto que “o território é o domínio de um evento natural ou humano” (SILVA, 1998, p. 259).

Sendo assim, Suertegaray (2010), ao desenvolver seu trabalho sobre os areas sulinos, evidencia que, além do uso do conceito de paisagem, fez uso do conceito de território para a posterior reconstituição da paisagem natural, a fim de buscar compreender a apropriação dessa paisagem natural (tida como frágil) pelas diferentes formas de ocupação vinculadas às diferentes formas de posse e trabalho com a terra ao longo da formação territorial brasileira. Foi constatado, então, que, mediante a apropriação dos areas ao território, este foi incorporado como mancha improdutiva, além de avaliar os atuais usos (expansão da cultura da soja) que podem intensificar esse processo. Tal exemplo deixa claro o quão importante é o emprego desses conceitos para a compreensão do ‘espaço total, uno e múltiplo’ de cada recorte espacial.

Nesse sentido, quando busca-se identificar, entender, conceituar, diferenciar o que pode ser considerado dentro da categoria território, é preciso se atentar a uma variedade de dimensões. Albagli (2004) nos apresenta que a gênese, a dimensão e a diferenciação dos territórios estão vinculadas a uma variedade de dimensões físicas, econômicas, simbólicas e sociopolíticas (Figura 1).

Figura 1: Dimensões do Território segundo Albagli (2004).



Na dimensão física, devem ser analisadas as características geoecológicas, os recursos naturais (clima, solo, relevo, vegetação) e as apropriações antropogênicas resultantes do uso e ocupação do solo. Na dimensão econômica, é necessário compreender as formas de organização espacial, mediante os atores sociais na corrida pelas diferentes produções do espaço, nas relações de consumo e de comercialização. No que concerne à dimensão simbólica, é preciso identificar o conjunto de relações culturais específicas, as afetividades envolvidas entre grupos e lugares particulares, a apropriação simbólica de determinadas porções do espaço por diferentes grupos e suas identidades. E, na dimensão sociopolítica, faz-se necessário compreender, nas interações sociais, as relações de dominação e poder que determinam as territorialidades.

Dessa forma, “[...] quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 247). Santos (2014) também evidencia esse posicionamento quando afirma:

Seja qual for o país e o estágio do seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas, arranjadas em sistemas, que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. Tipos de floresta, solo, de clima, de escoamento são interdependentes, como também o são as coisas que o homem superpõe à natureza. Aliás, a interdependência se complica e completa-se justamente porque ela se dá entre as coisas que chamamos de naturais e as que chamamos de artificiais. (SANTOS, 2014, p. 84)

Destarte, por meio dessas relações complexas entre sociedade e natureza que se constroem/reconstroem os territórios, estes são constituídos através da combinação de forças internas e externas, formando uma parte da totalidade espacial perceptível nas configurações das paisagens. Ainda sobre Santos (2006), ele ratifica que o território é o chão mais a população, base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais. E evidencia que “a idéia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda” (SANTOS, 2006, p. 96-97).

Dessa maneira, percebe-se que o emprego dos conceitos supracitados, discutidos à luz dos estudos geoambientais, contribui significativamente para o entendimento da apropriação espacial pelas ações humanas, fundamentando adequadamente o conhecimento teórico, conceitual e empírico das relações

sociedade/natureza. Para Carvalho (2010), a categoria território torna-se componente fundamental nos estudos que visem à gestão ambiental, pois engloba os aspectos naturais, sociais, culturais, econômicos e políticos envolvidos nas relações de poder entre sujeitos e gestores.

Outro ponto a ser destacado é que, na atualidade, o desencadeamento das redes de informação e comunicação, atrelado ao desenvolvimento tecnológico – que permite a disseminação de informações e conhecimento em tempo real –, tem rompido barreiras estabelecidas anteriormente pelas distâncias reais de localização. “Dessa maneira, os territórios perdem fronteiras, mudam de tamanho dependendo do domínio tecnológico de um grupo ou de uma nação, e mudam, conseqüentemente, sua configuração geográfica” (SPOSITO, 2004, p. 114), o que, por conseguinte, estará representado nas feições das paisagens. É o que o autor chama de “território em escala individual”.

Para Sposito (2004), mesmo diante dos avanços/desenvolvimentos tecnológicos e das redes globais de comunicação e informação, é evidente que, ao consultar um mapa do mundo, pode-se perceber que, a cada dia, tem aumentado o número de fronteiras. Nessa dinâmica espacial, onde as relações de apossamento/resistência são desencadeadoras de delimitações físicas/políticas/territoriais, fica explícito que trazer o diálogo do conceito de território só tende a contribuir significativamente para o entendimento da configuração espacial de forma mais completa.

Além disso, deve-se evidenciar que o território é dinâmico e evolutivo e, por ser constituído de relações biofísicas e sociais, sempre estará sujeito a modificações e transformações. Se, no passado, ele era definido como espaço geográfico concreto, composto de elementos naturais e atributos sociais, na atual conjuntura, o território pode existir em escalas, temporalidades e períodos diferenciados, pois:

[...] sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social. (SOUZA, 2005, p. 96)

É compreensível, portanto, o quão apropriado é o estudo do território para entender as diferentes formas de apropriação dos espaços pelos seres humanos. E, em se tratando dos estudos geoambientais, é possível compreender que “as

interações entre as estruturas físicas e sociais e as relações desiguais de poder influenciam o uso e acesso aos recursos naturais, e fazem da noção de território categoria fundamental na discussão da questão ambiental” (CAMARGO, 2005, p. 204).

Todavia, tendo em vista toda discussão traçada até aqui, é interessante perceber que o conceito de território não deve ser restringido somente ao Estado (território nacional), assim como o Estado não é detentor do poder, pois este só é possível mediante a participação das relações sociais. Nem se pode, também, delimitar o território apenas ao espaço físico concreto. É correto afirmar, epistemologicamente, que existem muitos encaminhamentos conceituais no que tange à discussão sobre território, visto que diferentes delineamentos são referenciados a partir das concepções de cada autor e dependente da abordagem teórico-metodológica seguida.

Contudo, “o território e a territorialidade podem ser vistos a partir de, pelo menos, quatro pontos de vista distintos e inter-relacionados: físico, político/organizacional, simbólico/cultural e econômico. A dinâmica territorial resulta das interações entre essas várias dimensões” (ALBAGLI, 2004, p. 36). Nesse aspecto, o conceito de território, entendido a partir dessas diferentes dimensões, possibilitará, epistemologicamente, sua maior compreensão.

Dessa forma, analisar as relações espaciais a partir do saber ambiental, utilizando-se da discussão dos conceitos espaço/território, torna possível a realização de uma investigação acerca da dinâmica espacial dentro de um determinado recorte. Isso contribui para a compreensão dos processos específicos da relação homem-meio, dada a complexidade do espaço geográfico. Portanto, é de suma importância buscar compreender os fenômenos naturais e sociais, procurando explicações a respeito das ligações entre ambos, para, então, entender a organização espacial como um todo.

Ab’Sáber (1994) define que o conhecimento do espaço enquanto totalidade só será possível a partir do entendimento da organização do espaço natural (com seus fluxos vivos) e com todas as implicações produzidas pelas atividades humanas. Porque se entende que o espaço ocupado pelo homem é obra da natureza, mas ele foi (re)modelado para atender às necessidades dos indivíduos.

Assim, cabe ressaltar que os estudos geoambientais, orientados pelo uso do método geossistêmico, visam à compreensão do conjunto enquanto um requisito essencial de análise. Além disso, tais estudos elucidam a dinâmica espacial com todos os fatores que repercutem sobre os territórios (dinâmica biofísica e ações humanas) ao longo dos tempos. Desse modo, o emprego dos conceitos espaço/território é essencial, porque elucidam a espacialização desses processos em cada recorte espacial.

Nesse sentido, é reconhecível que, nos estudos geoambientais, buscamos a compreensão de como as ações antrópicas se utilizam dos recursos naturais como matéria-prima para o modo de produção e sua (re)produção (SANTOS, 2011), procurando identificar os constituintes físico-naturais, uso e cobertura do solo, impactos socioambientais, enfim, reconhecendo que as ações humanas sobre a natureza são, muitas vezes, impactantes. Isso porque a produção e ocupação dos espaços não respeitam o tempo dos sistemas ambientais, causando sérios danos ao meio ambiente, bem como dentro das relações sociais, muitas vezes, desiguais nos quesitos de dominação, uso e consumo dos recursos naturais. Sob essa perspectiva, o diálogo entre os conceitos de Espaço/Território nas análises geoambientais torna-se um instrumento de suma importância na identificação da apropriação do ambiente pelas ações humanas, elucidando a dinâmica espacial das paisagens de forma sistêmica e holística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, se reconhece a partir da discussão traçada no decorrer do texto, que abordar o diálogo/debate dos conceitos Espaço e Território aos estudos da Paisagem irá trazer inúmeras contribuições para a compreensão da dinâmica espacial envolvendo a relação sociedade-natureza numa visão sistêmica e holística.

O próprio Ross (2006, p. 47), evidencia que “as relações sociedade-natureza são objeto da Geografia”, tais relações precisam ser estudadas do ponto de vista da produção de conhecimento, bem como em contrapartida de benefícios para a humanidade e o meio ambiente. E Suertegaray (2002, p.119), enfatiza a necessidade da reflexão epistemológica acerca das produções geográficas, que “o caminho é árduo, mas necessário, se quisermos construir um diálogo interdisciplinar que contribua para a decifração das coisas e dos objetos [...]”, de modo a traçar caminhos que conduzam a produção do conhecimento “Uno e Múltiplo”. Destarte, que nossas contribuições sejam pertinentes nesse contexto.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. Bases conceptuais e papel do conhecimento na previsão de impactos. In: MULLER-PLANTENBERG, C.; AB'SÁBER, A. N. (Orgs.). **Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no leste, oeste e sul: experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha**. São Paulo: Edusp, 1994.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: BRAGA, C.; MORELLI, G.; LAGES, V.N. (orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília, DF: SEBRAE, 2004, p. 23-62.

ALVES, Neise Mare de Souza. **Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do Litoral Norte do Estado de Sergipe – diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território.** 2010. Tese de Doutorado. 348 p. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe – PPGeo/UFS.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A ruptura do meio ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade.** Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.

CARVALHO, Márcia Eliane Silva. **A questão hídrica na bacia sergipana do rio Vaza Barris.** 2010. Tese de Doutorado. 371 p. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe – PPGeo/UFS.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M. et al. **Território Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1998. p.251-256

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília. França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich (1974/1897). **Politische Geographie.** Osnabruck, Otto Zeller Verlag.

ROSS, Jurandir L. Sanches. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental.** São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2006.

_____. ANÁLISE EMPÍRICA DA FRAGILIDADE DOS AMBIENTES NATURAIS ANTROPIZADOS. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 8, p. 63-74, 7 nov. 2011.

SANTOS, Marcelo Alves dos. **Análise Geoambiental do Município Costeiro de Estância-Sergipe.** 2011. Dissertação de Mestrado. 145 p. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe – PPGeo/UFS.

SANTOS, Milton. O Espaço Geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre.** n. 5, 1988, p. 9-20

_____.O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. **Território Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1998. p.15-20

_____. **Por uma geografia nova.** Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **A natureza do espaço.Técnica e tempo.** Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Por uma outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **Pensando o Espaço do Homem.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – USP, 2012.

_____. **Metamorfose do espaço habitado:** Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6. ed. 2 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – USP, 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo. Editora Expressão Popular, 2010.

SILVA, Armando Corrêa da. O Território da consciência e a consciência do território. In: SANTOS, M. et al. **Território Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1998. p. 257-260

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, Paulo César da Costa Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Geografia:** conceitos e temas. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 77-116

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia:** Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia Física e Geografia Humana: Uma questão de método um ensaio a partir da pesquisa sobre arenização. **Geographia** – Revista do PPGEU/UFF. v.12, n. 23, 2010. p. 8-29

_____. Geografia Física (?) Geografia Ambiental (?) ou Geografia e Ambiente (?). In: MENDONÇA, F. ; KOZEL, S. (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea.** Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p.111-120.